

CIÊNCIA, ECONOMIA E SOLIDÃO DO HOMEM

Rafael de Juan y Peñalosa
Universidad del País Vasco (Espanha)

Resumo: Ciência, Economia e solidão do homem. No contexto da crise da modernidade e da ciência, o A.: a) mostra como a ciência e a práxis econômica participam e colaboram para gerar o estado geral de crise; b) analisa a crise e os limites da economia como ciência e as nefastas consequências da práxis econômica sobre a vida do homem e seu meio ambiente; c) afirma que a questão de fundo é a do ser do homem no mundo, abandonado à solidão pela ciência e pela economia e; d) propugna um novo humanismo que tire o homem do atoleiro em que a economia, a ciência e a modernidade o deixaram.

Summary: Science, Economics and Human Loneliness. In the context of the crisis of modern life and science, the A. — a) shows how Science and economic praxis share in and combine to produce the general state of crisis — b) analyzes this crisis, the limits of economics as a science and the regrettable consequences of economic praxis for human life and the environment — c) asserts that at the heart of the issue is the question of human existence in the world, left in isolation and loneliness by both science and economics and — d) proposes a new humanism which rescues humanity from the mire in which economics and modern life have left it.

*"... a errância do homem no mundo
abandonado pelo sentido..."¹*

1. VAZ, H. C. de Lima, *Es-
critos de filosofia I. Problemas
de fronteira*, São Paulo 1986,
p. 239.

2. DOPFER, Kurt (coord.),
*La economía del futuro. Hacia
un nuevo paradigma*, México
1978, p. 13.

A ciência econômica contemporânea está em crise. Na realidade "esteve sempre em crise desde que se separou da filosofia social em fins do século XVIII"². Naquele momento já estava consumada a passagem da Idade Média à Moderna realizada ao longo dos séculos XV e XVI, cristaliza-

da no século XVII em nova imagem do mundo e do homem. Este longo trânsito, possibilitado pela libertação das "teias de aranha metafísicas que se tinham lançado deste mundo ao outro"³, conta, entre seus frutos, além da emancipação da fantasia na arte e a validade da experiência interna no âmbito religioso, o nascimento da ciência na sua acepção atual. Assim descreve este nascimento Romano Guardini: "Para o homem medieval, ciência significa, em última instância, abismar-se no que as fontes autoritárias lhe apresentam como verdade. Já na segunda metade do século XIV, e decididamente no século XV, inicia-se uma transformação. O desejo do conhecimento vai diretamente à realidade das coisas. O homem quer ver com seus próprios olhos, comprovar com seu próprio entendimento e chegar a um juízo fundamentado em forma de crítica, independentemente de esquemas prévios. Isto se produz na relação com a natureza, nascendo assim o moderno experimento e a teoria racional. Acontece o mesmo quanto à tradição, dando origem à crítica humanista e à historiografia, baseada nas fontes. Também se produz com relação à vida da sociedade, dando origem, conseqüentemente, à doutrina do Estado e do Direito da Idade Moderna. A ciência como esfera cultural autônoma separa-se daquela unidade de vida e obra que a Religião tinha imposto, e encerra-se em si mesma"⁴.

A ruptura do homem com a monolítica vinculação metafísica evolui paralelamente à consciência da sua individualidade. Nessa consciência estão latentes os germes destinados a dar forma à ciência moderna: *o real*, sem adjetivos nem conotações apriorísticas, como único objeto do conhecimento científico; *o indivíduo*, autônomo, sem dependências nem limitações extrínsecas a si mesmo, como único sujeito cognoscente diante do real; e, como fruto natural do binômio anunciado, o direito a existir de uma *multiplicidade* de teorias interpretativas. O nascimento da consciência científica moderna traz, pois, inscritas em seu seio desde o começo, as coordenadas que orientarão até hoje a evolução da ciência: positivismo, individualismo e pluralismo. Suas contrárias manter-se-ão à espreita a todo momento: normativismo, corporativismo e monismo. Precisamente nos tempos atuais e ante a consciência de crise generalizada, busca-se nesses contrários a possibilidade de salvar o homem de uma ciência que ameaça destruí-lo.

3. DILTHEY, Wilhelm, *Introducción a las ciencias del espíritu*, Madri 1980, p. 510.

4. GUARDINI, Romano, *El ocaso de la Edad Moderna*, Madri, 1958, p. 49-50.

No princípio era a economia

Ao contrário do que se poderia pensar, é precisamente no âmbito do econômico que se produz, inicialmente, esta passagem,

5. F. BRAUDEL, na sua obra *Civilisation matérielle. Economie et Capitalisme: XVème-XVIIIème siècle*, Paris 1979 (3 vols.), sustenta que o capitalismo já estava estabelecido na Europa no século XV. Da mesma opinião é Julius KIRSHNER, no ensaio introdutório à obra por ele editada: *Business, Banking and Economic Thought*, Chicago 1974.

6. Sirva como exemplo da confiança extraordinária que se tinha na Economia Política este texto de John R. McCULLOCH: "Os erros que nas épocas anteriores infeccionavam a Economia Política desapareceram totalmente e umas breves observações seriam suficientes para demonstrar que a Economia Política consegue conclusões tão certas quanto qualquer outra ciência baseada em fatos e experiências". Em: *A Discourse on the Rise, Progress, Peculiar Objects and Importance of Political Economy*, Londres 1824, p. 75. Esta confiança manter-se-ia em vigor até depois dos *Principia* de J. Stuart Mill.

mais concretamente na Itália do final do século XIII, na qual se impõe um toco capitalismo através de uma tímida aceitação, à margem da norma canônica, dos juros nos empréstimos e da reputação de honestidade que lentamente vai merecendo o enriquecimento mediante o comércio não sujeito às normas corporativas⁵.

Por conseguinte, a crise que deu origem à Idade Moderna iniciou-se, precisamente, no âmbito do econômico e é muito provável que as novas energias despertadas por ela tenham, se não condicionado, ao menos acelerado a mudança de imagem nos outros âmbitos que terminarão por constituir-se nos mais significativos. A afirmação de K. Dopfer peca, pois, por prudência enquanto remonta a séculos demasiado próximos; por insuficiência, enquanto se isola do contexto mais geral da ciência, e por pouca matização, enquanto parece ignorar os momentos de euforia que se seguiram aos clássicos ingleses⁶ e, pouco mais de um século depois, já entre nós, os momentos de euforia keynesiana.

Aquela transformação da imagem do mundo supôs uma profunda perturbação na existência do homem, descrita em forma de fábula, de maneira magistral e dramática por Pico della Mirandola, no *De dignitate hominis*, considerando-o não só como titã, mas como um demiurgo, um *deus in terris*, nascido para dominar e não para servir; um homem que não terá um lugar definido, mas estará em todos os lugares para levar a cabo sua luta prometética: criar incessantemente algo novo num processo infinito como única via de realizar-se a si mesmo. Ao perder sua condição de servo, encontra-se desamparado, perdido na liberdade conquistada.

A violenta perturbação criada pelas novas coordenadas nas quais o homem deve aprender a se orientar prossegue sem ser superada. Ao mesmo tempo que o homem progride na definição e concretização do seu mundo, do seu ambiente, aumenta sua sensação de desconforto nele.

"O homem já não vive tanto no âmbito da natureza como, e cada vez mais, nas circunstâncias de suas próprias obras, generalizações e técnicas (...) Em virtude da ciência e da técnica, a humanidade pode pela primeira vez na história pretender libertar-se da tirania da natureza que desde sempre a incomodou (...) À medida que é suprimida a ontocracia da natureza, surgem tecnocracias e burocracias que, com semelhante poder anônimo e velado, tornam os homens dependentes e impoten-

tes (...) A vida dos homens tornou-se, progressivamente, uma vida política, mas não por isso a política se tornou mais humana”⁷.

A razão desse desenraizamento do homem poderia ser rastreada no seu ser como projeto e criador de projetos para suas ações e propósitos. O conjunto total desses projetos constitui seu mundo. Porém, “quando os projetos se convertem em compartimentos estanques, quando os propósitos se transformam em simples regulamentos, o mundo desmorona, os homens se convertem em peças e as idéias são usadas, não entendidas: a função intelectual carece de um sentido preciso. Mais um passo e se renuncia deliberadamente à verdade: as idéias se convertem em simples esquemas de ação, em receitas e clichês. A ciência degenera em profissão, e o cientista em classe social: o ‘intelectual’”⁸.

Assim, embora reconhecendo que os métodos para conhecer conduziram o homem a resultados espetaculares e que sua inteligência conta com possibilidades inéditas, para não dizer fantásticas (ou fáusticas, se se prefere), de incrementar saberes, para o já citado Zubiri, os motivos para pensar no homem como um ser desabrigado são dois: a vertiginosa transformação dos métodos científicos em simples técnicas de idéias ou de fatos incapazes de fornecer evidências, e a falta de sentido para a inteligência da realidade, o que distancia o homem da compreensão de si mesmo e o conduz a um labirinto de verdades.

“A ciência só nasceu numa vida intelectual. Não quando o homem esteve, como por acaso, em posse de verdades, mas justamente ao contrário, quando se encontrou possuído pela verdade. Nesse pathos da verdade gestou-se a ciência. O cientista de hoje deixou muitas vezes de levar uma vida intelectual. Em lugar disso, acredita que pode contentar-se com seus produtos para saciar, no melhor dos casos, uma simples curiosidade intelectual”⁹.

Façamos um breve balanço. O homem grego encontra-se em paz com a natureza que descobre e diviniza, mas em tensão com o transcendente, em que fica submerso no caos olímpico dos deuses hierarquizados, esquecidos do homem, o qual é abandonado ao fatum cego e inexorável. A tragédia grega desmistifica a harmonia existencial do homem e Eurípedes, no seu vão esforço por conquistá-la (ou reconquistá-la, se aceitamos a cosmogonia de Hesíodo), luta por apagar todo laço com o transcendente. Com o cristianismo, o homem recupera a transcendência e, com ela, o horizonte da filosofia volta a ampliar-se,

7. MOLTSMANN, Jürgen, *El hombre. Antropología cristiana en los conflictos del pensamiento*, Salamanca 1973, pp. 41-42. Na p. 47 conclui: “A antropologia do homem moderno deverá assumir o problema no qual incorre o homem ao ser radicalmente transformado, senão inclusive esmagado, pela prepotência de sua própria obra”.

8. ZUBIRI, Xavier, *Naturaleza, Historia, Dios*, Madri 1978 (7ª ed.), p. 9.

9. Ibid., pp. 10-11.

mas impregnado de um dogmatismo crescente a partir do século IV, momento em que a Igreja recebe impulso do poder político e autônomo por Constantino, e se refugia nos textos e na tradição para conservá-lo e, se possível, aumentá-lo. É no terreno de uma incipiente *práxis* econômica, no sentido moderno, que os princípios éticos da Igreja começam a ser questionados, e no terreno das ciências da natureza que começa a fender-se o princípio de autoridade e a autoridade da tradição, organizando-se a teoria de pensadores que se defrontarão com a Igreja: Guilherme de Ockam, enfrentando o poder do papado, então em Avinhão; Nicolau de Cusa, considerado por alguns como o autêntico pai da filosofia alemã, especialmente do idealismo; Jordano Bruno, o qual, recolhendo a tocha do Cusano, morrerá na fogueira da Inquisição em 1600, para renascer, um século depois, no pensamento de Espinoza e Leibniz, e na inspiração de Goethe e Schelling; os pais da física clássica, com Galileu como bode expiatório... A revolução protestante não será mais que o corolário lógico e inevitável, no terreno da teologia e da moral, do que acontecera no âmbito, menos sensível, em princípio, para o poder, do saber experimental. O homem fica só com sua razão e sua liberdade. A Natureza e Deus são mais uma interrogação que um conhecimento, mais uma busca que uma posse. O homem termina por divinizar a razão e descobrir nela o Absoluto: o idealismo alemão do século XIX consegue, finalmente, sepultar o homem na sua solidão.

Esta situação de fuga permanente, de existência centrífuga e angustiada, é expressa por Konrad Lorenz, Nobel de medicina em 1973, numa perspectiva biológica: "Entre as seqüelas perniciosas da pressa, ou talvez diretamente da pressa engendrada pelo medo, figura a incapacidade patente do homem moderno de estar a sós com seu próprio Eu, ainda que apenas por um breve lapso de tempo. Com temeroso empenho procura contornar toda possibilidade de meditar sobre si mesmo e fazer exame de consciência, como se temesse que a reflexão o confrontasse com um horrível auto-retrato, algo semelhante ao descrito por Oscar Wilde no seu clássico romance dramático. A mania generalizada de ouvir e produzir ruído — o que resulta paradoxal se considerarmos a neurastenia habitual do homem moderno — não tem qualquer explicação, exceto a de que por alguma razão o mundo se tenha ensurdecido"¹⁰.

Perdidos nesse labirinto kafkiano engendrado por uma sociedade altamente planificada e tecnificada, os homens se vão convertendo em servos de inacessíveis castelos, nos quais uns técnicos inatingíveis manipulam seu destino. Um profundo vazio "estendeu-se, varrendo do cosmo os últimos vestígios dos deu-

10. LORENZ, K., *Los ocho pecados mortales de la humanidad civilizada*, Barcelona 1973, pp. 39-40.

ses, mediante a transformação de toda a metafísica em técnica e psicologia. A lua, que ainda era para Goethe o rosto piedoso do coração e que na última imagem da noite de Walpurgis representava a ébria plenitude de todas as forças amorosas do universo que se movem entre o céu e o mar, já não é hoje mais do que o alvo dos disparos de americanos e russos"¹¹.

São palavras de um teólogo; poderiam ser as de um saudoso poeta; pareceriam impróprias a um cientista e, certamente, impensáveis num economista. As aparências enganam. Homa Katouzian, economista dedicado a temas de desenvolvimento, à história do pensamento econômico e à metodologia em economia, escreve: "Agora parece que nos encontramos com as mãos completamente vazias, perdidos nesse universo hostil, com pouco mais que um culto e adoração aos novos ídolos que, à diferença da era mais civilizada do paganismo, nem sequer *simbolizam* algo superior a eles mesmos; não estão repletos do espírito os grandes rios, as vastas planícies ou os altos céus; estão repletos de gasolina, projéteis e material radioativo; não prometem uma fraternidade e fertilidade hipotéticas; são causa de uma hostilidade e esterilidade reais. Mas temos de enfrentar as acusações de crucificar a Fé, e estamos ocupados em destruir nossa própria razão"¹².

Em grandes linhas, este foi o processo. Nenhum ramo do saber se salvou do naufrágio. As "tendências anti-humanitárias que constituem uma característica tão inquietante de boa parte da ciência pós-newtoniana"¹³, disseminaram-se pelas outras disciplinas científicas acadêmicas, na mesma medida em que a física se erigiu quase sempre em causa exemplar do resto das ciências, tanto por suas conquistas de conhecimento e desvelamento da natureza, como pelos métodos de investigação empregados nisso. Também se disseminaram pelos campos da ciência econômica. Os economistas, "se observam um mendigo numa esquina da cidade, vêem nele um simples pedinte ou um malandro; mas quando se trata de Economia Política, ele se converte para eles em *soberano consumidor*"¹⁴.

11. BALTHASAR, Urs von, *Revelación y belleza*, em: *Ensayos teológicos*, Madrid 1964, pp. 144-145 (I).

12. KATOUZIAN, H., *Ideología y método en economía*, Madrid 1982, p. 247.

13. FEYERABEND, Paul K., *Consuelos para el especialista*, em: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A., (eds.), *La crítica y el desarrollo del conocimiento* (Actas del Coloquio Internacional de Filosofía de la Ciencia, celebrado en Londres en 1965), Barcelona 1975, p. 346.

14. RAND, Ayn, *El capitalismo, un ideal desconocido*, em: STEPELEVICH, L. S., *Enfoques económicos del mundo actual*, Buenos Aires 1978, p. 98.

Os economistas se confessam

Já indicamos a possibilidade de que tenha sido uma incipiente *práxis* capitalista no comércio o que deu início à passagem da Idade Média à Moderna. Supusemos que a ciência que ainda cultivamos (ambigüidade calculada entre cultura e culto) é o

melhor expoente, ou se se prefere, o melhor argumento que testemunha a passagem da humanidade de uma idade à outra; e concluímos, pespontando um frágil argumento de florilégio (confiando, contudo, nos sentimentos do leitor), com o desabrigo no qual esta ciência encadeou o homem. Agora ocupar-me-ei da parte de culpabilidade que corresponde à Economia (às vezes usarei o termo 'ciência econômica', consciente de que a cientificidade da economia continua sendo uma *quaestio disputata*) nestes fatos, embora partindo, como é lógico, de épocas recentes.

Meu argumento, em grandes linhas, será o seguinte: a economia, com seu acervo de conhecimentos e seus métodos, participa da crise generalizada da ciência; os economistas o reconhecem, em maior ou menor medida, e se interrogam sobre as causas. Em última análise, o autor destas linhas acredita que no tratamento dado ao homem está a chave: também a economia o mergulhou na solidão, mas por razões diametralmente opostas às que expusemos no caso das ciências da natureza.

A crise da ciência econômica na atualidade nem sequer se põe em dúvida. Os problemas econômicos não-resolvidos vão se acumulando, ao mesmo tempo que se amplia o âmbito e a envargadura dos mesmos: "O que me preocupa é a evidente bancarrota da teoria econômica, a qual, pela segunda vez, não sabe o que dizer sobre os problemas que, na opinião de todos, exceto dos economistas, parecem exigir resposta urgente"¹⁵.

Podemos concordar com J. Robinson quanto à bancarrota da teoria econômica, mas não que a consciência da mesma esteja ausente na mente dos economistas. Poder-se-ia encontrar uma explicação para este ataque frontal a seus companheiros de profissão no ojeriza que a autora sentia contra todo economista que não fosse, no mínimo, fielmente respeitoso dos princípios marxistas¹⁶. E digo isso sem animosidade, mas como resposta pessoal e mais delicada ao seu rompante que tacha de *idiota* todo ensinamento econômico que se ministra nas aulas do mundo ocidental.

Afora esta desqualificação pessoal, bastaria folhear as esplêndidas páginas de T. W. Hutchison¹⁷ para ver que não é assim; páginas nas quais, além de explicar brilhantemente a "persistente crise na economia e na política econômica", apresenta uma teoria de testemunhas e testemunhos — coisa freqüente no seu modo de proceder como escritor — da consciência que os economistas têm da situação de emergência em que a ciência econômica se encontra por ter pretendido e alcançado níveis de

15. ROBINSON, Joan, *La segunda crisis de la teoría económica, em: Relevancia de la Teoría Económica*, Barcelona 1979, p. 145. O núcleo do argumento da autora é que a primeira crise da teoria econômica se deveu a que a teoria ortodoxa neoclássica era incapaz de explicar o nível de emprego; esta segunda se deve a que a teoria keynesiana não pode explicar o conteúdo do emprego.

16. Cf. Entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 16/11/1979. Sobre a inconsistência de algumas de suas posições, cf. FERNANDES, Santiago, "Os males do capitalismo e o remédio marxista. A propósito de uma entrevista de Joan Robinson", *Síntese Nova Fase*, 21 (1981):87-97.

17. HUTCHISON, T. W., *Conocimiento e ignorancia en economía*, México 1979, pp. 63-91.

abstração dificilmente coadunáveis com a realidade. Testemunhas como sir Henry Phelps Brown, Mr. Worwick, R. Frisch, W. W. Leontief, H. G. Johnson, lord Kaldor, etc., e testemunhos como o de K. Boulding: "Parece que estamos produzindo uma geração de economistas cuja principal preocupação consiste em analisar dados que eles não reuniram, e que não têm qualquer interesse no que se poderia chamar uma função de dados quanto à realidade, isto é, em que medida um conjunto de dados corresponde a qualquer realidade significativa do mundo (...). Parece que estamos comprometidos em descobrir mais e mais números que signifiquem cada vez menos, e não é difícil traçar o paralelo com os epíclis ptolomaicos"¹⁸.

18. BOULDING, K. E., *History of Political Economy* (III), Califórnia 1971, p. 233.

Curiosamente Hutchison conclui incitando os da nossa profissão ao "reconhecimento claro da dimensão da própria ignorância acerca da qual os sabe-tudo 'marxistas' e 'radicais' parecem estar ainda mais desprovidos que os ortodoxos". E digo *curiosamente* porquanto o epíteto sabe-tudo, aplicado a marxistas e radicais, parece ter sido escrito como resposta a J. Robinson pelo seu desprezo para com os economistas ocidentais e, sobretudo, pela falta de consciência de sua ignorância.

Passemos, porém, a ambientes mais tranquilos, longe do ruído ensurdecedor das paixões e das controvérsias. Concluamos o tema do que há ou não há na consciência dos economistas, com estas linhas de A. Marshall, felizmente resgatadas do esquecimento por sua mulher e dadas a conhecer a J. M. Keynes: "Quanto mais estudava a ciência econômica, menor me parecia o meu conhecimento dela em proporção ao que necessitava; e agora, quase ao final de meio século dedicado exclusivamente ao seu estudo, tenho uma consciência de minha ignorância maior do que tinha ao iniciar o estudo"¹⁹.

E falar aqui de humildade supõe mais uma ambição necessária e difícil do que uma virtude supérflua e alheia, já que "se os economistas pudessem induzir a que se pensasse que eles são gente humilde e competente, no mesmo nível dos dentistas, seria esplêndido"²⁰.

Não resta dúvida de que nos ambientes acadêmicos existe suficiente consciência e unanimidade no reconhecimento da crise da economia como ciência. Não ocorre o mesmo no momento de decifrar suas causas. Os fatores que se aduzem para explicar — ou, pelo menos, mostrar — as razões da crise são tão numerosos quanto os autores que se dedicaram a detectá-los. E a razão disso está em que os diferentes estudiosos as delimitam em função e a partir da perspectiva dos seus respectivos âmbitos de trabalho.

19. MARSHALL, Alfred, *Obras escogidas*, México 1978, p. XX (a citação pertence à longa introdução feita por Keynes). O significado de Marshall se engrandece se considerarmos que ainda em 1945, em Cambridge, prevalecia o mito de que "tudo está (felizmente) em Marshall" (JOHNSON, H. G., *Economía y Sociedad*, Buenos Aires 1979, p. 13).

20. KEYNES, J. M., *Essays in Persuasion*, Londres 1931, p. 373.

Os economistas se interrogam

21. HUTCHISON, T. W., *op. cit.*, pp. 63-68.

Desde o final da II Grande Guerra e até o início dos anos setenta, três foram os motivos que alimentaram, segundo T. W. Hutchison²¹, a chama do otimismo: 1. Na década de quarenta, a descoberta do *crescimento econômico*, precisamente quando os problemas de desemprego e inflação começaram a despontar novamente. Os políticos descobriram no planejamento indicativo e nos índices de aumento de renda *per capita* a panacéia para calar momentaneamente as queixas sociais. Inclusive alguns economistas chegaram a assegurar que sabiam como produzir esse incremento de produto; 2. Na década de sessenta, a *revolução quantitativa*, ou matemática, que chegou a influenciar até o severo crítico Sir Karl Popper, o qual discerniu na economia matemática uma nova revolução newtoniana; e 3. No final dos sessenta, o violento aumento, tanto de alunos como de professores, dedicados aos estudos de economia.

Todavia, esse otimismo e suas razões sustentadoras só serviram para retardar o aparecimento de uma crise de credibilidade, cujos ruídos de dissensão e inquietação, e até de fortes protestos de ceticismo, começaram a ser ouvidos no início da década de setenta. Os fatores que levaram ao pessimismo, segundo o mesmo Hutchison, podem ser recolhidos em três grupos: 1. Grande parte do trabalho mais respeitado na economia não estava dando, nem parecia em absoluto destinado a dar, nenhuma contribuição útil para os problemas prementes do mundo real — embora isso não tenha sido admitido explicitamente — 2. O excessivo grau de abstração da maior parte do trabalho que se realizava, e que se traduzia em modos de pesquisa indisciplinados e injustificáveis; e 3. O reconhecimento de se ter acuado progressivamente a história e comprimido o tempo dedicado ao seu estudo nos cursos de economia, pelo que se faziam imperiosas mudanças educativas em profundidade.

A estes motivos de pessimismo, poderíamos acrescentar o da dispersão da teoria econômica, já que “há talvez menor unidade teórica do que a que havia há três quartos de século. Isso é devido, em parte, à perda de simplicidade do nosso objeto de estudo. Há também refinamentos e finos matizes, tamanha busca de rigor absoluto e alta precisão, que perdemos o sentido de um corpo de conhecimentos bem formado, ordenado e essencialmente simples. Sabemos muitas coisas, mas a *única e grande coisa* resta ainda por buscar-se”²².

22. SHAQCKLE, G. L. S., *La naturaleza del pensamiento económico. Trabajos escogidos 1955-1964*, México 1969, p. 29.

Quem não reconhece as ressonâncias inicianas, as daquele Inácio de Loyola do *non multa, sed multum*! Em termos similares, embora

menos cortantes, expressa-se H. Katouzian²³ ao acusar os economistas de visão paroquial e de compromissos acríticos com as teorias e métodos existentes.

23. *Op. cit.*, p. 250.

Das considerações sobre os motivos do pessimismo que começava a apoderar-se de alguns economistas no início dos anos setenta, passou-se a falar de insuficiências das políticas instrumentais em *períodos anormais*²⁴, para desembocar, finalmente, na afirmação explícita do fracasso da macroeconomia keynesiana. Hoje se fala francamente de época pós-keynesiana, não sem certo acento de tristeza e desamparo pela perda do que se qualificava de 'era keynesiana'. A novidade dessa transição consistiu em que se enterrou um período que chegou a constituir um estado sólido e prolongado de 'ciência normal', sem que até agora tenhamos nem sequer um esqueleto de corpo de doutrina que se possa qualificar de 'ciência extraordinária'. As anomalias kuhnianas acumularam-se com rapidez a ponto de ter de abandonar teorias sem alternativas de substituição.

24. HEILBRONER, R. L., *Entre el capitalismo y socialismo. Ensayos sobre economía política*, Madri 1972, pp. 177-178.

É possível, inclusive bastante provável, que esse fracasso com sinais de desmoronamento, deva-se à plasticidade da teoria keynesiana nas mãos de econometristas: a matematização e o formalismo crescente supõem o risco de que os conteúdos epistemológicos fiquem sepultados sob a laje de uma complexidade vazia.

Não exageramos nem o tom nem o relato dos fatos. Há quem fale de "despojos do naufrágio do singular sucesso intelectual chamado revolução keynesiana", ou que "os modelos macroeconômicos modernos não têm qualquer valor como guias de política"²⁵. Crise, fracasso, naufrágio... da teoria econômica e das políticas nela sustentadas. Esta situação indigente e de inófia se prolonga, logicamente, da economia como ciência à economia como profissão, já que "a maior e mais importante questão que encaram os governos dos países industriais é que a profissão econômica — e escolho as palavras com extremo cuidado — está em bancarrota. É como se não existisse"²⁶.

25. Cfr. LUCAS, Jr.; ROBERT, E.; SARGENT, Th. J., *La macroeconomía después de Keynes*, em: *Quadernos Económicos de ICE*, 24 (1983):7-29.

26. GALBRAITH, J.K., numa entrevista concedida ao *The Times*, em 16 de julho de 1975.

Quando H. G. Johnson, canadense como Galbraith, numa conferência em março de 1973, interroga-se sobre as perspectivas da economia do futuro, seu principal motivo de preocupação é o panorama acadêmico da profissão, e não os conteúdos das teorias, já que, entre os profissionais da ciência, o economista é dos mais inclinados a deixar-se tentar pelas demandas dos políticos e demais oficiais do poder, acomodando sua oferta às exigências de uma boa venda e não às qualidades de uma experimentada teoria, libertando-se de escrúpulos sob a proteção do sagrado princípio da soberania do consumidor.

Vimos que até fins de 1973 as vozes que se levantavam sobre o divórcio entre a ciência e a realidade econômica, sendo de economistas de renome, eram também a exceção. As razões que eles apontavam como causas de tal desencontro, embora de certa consistência, mal conseguiam ofuscar os méritos de suas conquistas. A economia continuava mostrando não só capacidade explicativa e previsiva, mas também capacidade de alcançar os objetivos propostos pelos políticos, sempre e quando estes se ativessem a uma determinada hierarquização de objetivos ligados a leis instrumentais conhecidas e não ultrapassassem determinados valores quantitativos — também conhecidos, com margens de probabilidade aceitáveis. A fé na economia como dócil instrumento da política era tal que, em 1972, o próprio P. A. Samuelson, o terceiro dos nossos prêmios Nobel (1970), sentenciara que a Economia era sinônimo de Política Econômica.

A primeira crise de energia (outubro de 1973) irrompe violenta e surpreendentemente no momento de máximo auge dos modelos econométricos, quando eram elaborados *à la carte*, segundo prazos desejados por exigentes clientes — Estados, ministérios, multinacionais, grandes bancos — e cobrados a preço de restaurante de luxo. E uma única variável 'exógena' era suficiente para deitar por terra os mais sofisticados modelos do momento! Anteriores vozes de alerta, algumas muito recentes, que receberam da classe acadêmica respostas mais próximas ao desdém que, a uma argumentada desqualificação, ouvem-se novamente. Resgatam-se livros como o de E. J. Mishan, *Growth: the price we pay* (1969), e relêem-se informes como o primeiro do Clube de Roma (1972).

A partir desse momento dá-se por terminada a etapa mais estuante que a economia e os economistas viveram neste século agonizante. Desse momento em diante, as mudanças induzidas por variáveis externas — caracterizadas por sua imediatez, virulência e proporções — solapam os fundamentos sobre os quais se assentam as teorias econômicas e seu fruto, as políticas. São épocas recentes ao leitor e bastará uma rápida recordação dessas convulsões. Os anos setenta são marcados pela tomada de consciência da escassez de energia (ou, se se prefere, de energia barata) e pela fragilidade dos canais de fornecimento. Os anos oitenta caracterizam-se pelo enorme endividamento dos países em via de desenvolvimento (a América Latina à frente de um enorme pelotão), que põe em perigo a 'ordem' econômica internacional. E a passagem aos anos noventa, pelo desmorona-

mento do muro de Berlim e o esfacelamento do 'outro' sistema econômico alternativo ao capitalismo.

Paralelamente a estes acontecimentos-símbolos de duas décadas e ao começo da atual, emergem outros fenômenos não menos graves, embora de impacto menos imediato ou, politicamente, menos incômodos, tais como os desmedidos incrementos do gasto público na maioria dos Estados, e a imponente e dramática economia paralela do narcotráfico, as economias informais, as destruições ecológicas, o rápido desaparecimento das florestas tropicais...

Ao compasso desses acontecimentos e fenômenos, a reação da economia e de suas diferentes disciplinas foi muito desigual. É como se tivesse soado um anônimo grito de 'Salve-se quem puder'. A teoria econômica incrementou seus níveis de abstração; buscou refúgio nos jogos matemáticos à espera de tempos melhores. Não é em vão que no cotidiano das empresas, inclusive dos Estados, continue havendo custos a reduzir, lucros a incrementar, alternativas entre as quais escolher, programas a selecionar e decisões a tomar. As revistas de economia foram inundadas de modelos econométricos, montados uns sobre os outros, com aparência de castelos de cartas. A política econômica optou por multiplicar os adjetivos para acompanhar o seu intrínseco adjetivo de econômica, e assim foram aparecendo as políticas de oferta, as políticas de desregulamentação, as políticas de integração, as políticas de consenso, as políticas de reconversão, as políticas de ajuste... Políticas que não foram acompanhadas por teorias sustentadoras e capazes de fornecer novos instrumentos de atuação; políticas adotadas no meio do caminho, mais guiadas pela pressão da desordem que pelo desejo de nova ordem. Políticas elaboradas com a fé depositada no vetusto princípio de que nomear é possuir. A política de rendas serviu de colofão à época gloriosa na qual um dos problemas ainda por resolver era a mais justa distribuição da riqueza gerada; as permanentes políticas de ajuste marcam os nossos dias, quando o problema premente é a distribuição dos custos das sucessivas crises.

Outras disciplinas econômicas como a História e a Estrutura conheceram melhor sorte nesses tempos: foram revalorizadas sem ter de se afanar para isso. Não servem para solucionar os problemas econômicos, mas são imprescindíveis para conhecer o que acontece e, em boa parte, por que acontece. Servem para indicar os culpados e distinguir melhor os inimigos. Não é pouco.

Pode-se afirmar que os economistas perderam o norte. Navegam sem rumo, contentando-se com ajudar a evitar o naufrágio.

Hoje, mais do que nunca, a ciência econômica tornou-se merecedora do adjetivo fúnebre, não só por estar em função da escassez e mergulhada nela (argumento esgrimido outrora), mas por sua própria inópia. Surpreendida pelos perniciosos efeitos dos mecanismos de produção e distribuição nos quais se apóia, sobrepujada por acontecimentos que superam sua capacidade de análise e de resposta, e incomodada pela perda de efetividade dos instrumentos de ação com os quais conta, a economia ainda não encontrou a trilha de sua salvação. Enquanto a teoria econômica se refugia nas matemáticas, a política econômica dá voltas à situação com obsoletos instrumentos.

Que aconteceu? Onde estamos?

As ciências físicas, dedicadas com afã ao desvelamento do *objectum*, do meio ambiente, do cosmo, perdem no caminho o *subjectum*, o ator da aventura do conhecimento; o observado engoliu o observador. A economia, ao contrário, ocupada com o homem, com as paixões e os comportamentos daquele que é sempre considerado seu principal — e, às vezes, único — protagonista, esqueceu-se da natureza que lhe serve de suporte e sustenta. O resultado, em ambos os casos, é semelhante, ao tocarem-se os extremos: o homem ficou só. O homem desapareceu nas ciências da natureza, e a natureza se diluiu na ciência econômica.

A física atual sente um certo desconforto: durante séculos esteve ocupada em desentranhar o quê do real e o como do universo, e quando acredita estar a ponto de descobrir as últimas leis que regem o universo (S. W. Hawking), defronta-se com a necessidade de encontrar resposta ao porquê, se quer que as leis do cosmo tenham algum significado. O próprio Hawking, nas conclusões da sua *História do tempo*²⁷, interroga-se: "Inclusive se há apenas uma teoria unificada possível, se só há um conjunto de regras e equações. Que é que move as equações e cria um universo que pode ser descrito por elas? O método usual da ciência de construir um modelo matemático não pode responder a perguntas sobre por que deve existir um universo que seja descrito pelo modelo".

A física atual debate e se debate com a questão do sentido do universo, e não por exigência de alguma instância transcendente, mas para sustentar as mesmas leis que considera provadas. O que se veio a chamar de *princípio antrópico* tenta conjugar o

27. HAWKING, Stephen W., *Historia del tiempo*, Barcelona 1988, p. 223 (ed. br.: *Breve história do tempo*, Rio de Janeiro, Rocco, s.d.).

quê, o como e o porquê do universo; princípio que se poderia formular assim: "As constantes físicas têm de ser as que são, ou não estaríamos aqui para medi-las. Nossa própria existência estabelece as limitações no universo que observamos"²⁸. Este princípio é incômodo para a ciência pelas claras conotações metafísicas pelas quais podemos fazê-la enveredar, tanto pela via da teleologia como pela do idealismo berkeleyano. Daí os debates e as posições encontradas. O conhecido divulgador Paul Davies situa este princípio entre as 'idéias extravagantes' da física, embora "ilustre a persistente impressão de cientistas e leigos de que o universo foi organizado de forma que é difícil explicar do ponto de vista mecanicista e que, apesar dos tremendos avanços da ciência fundamental, ainda existe a forte tentação de se refugiar nalgum princípio superior"²⁹. Tentação? Necessidade imperiosa? Em todo caso, é mais que possível que as ciências da natureza estejam sendo impulsionadas a fazer retornar a natureza ao homem pela *via do sentido*, algo que já os gregos pré-socráticos tinham muito claramente indicado: o homem como medida de todas as coisas.

28. BARTUSIAK, Marcia, *Enigmas del universo*, Madri 1989, p. 322.

29. DAVIES, P., *Proyecto cósmico. Nuevos descubrimientos acerca del orden del universo*, Madri 1989, p. 219.

A economia, por sua vez, à medida que se foi dotando de um *corpus doctrinale* — que é a mesma medida em que se foi considerando como ciência — foi oscilando entre uma visão ampla do âmbito de ação — homem e meio ambiente — e outra restrita — homem —, mesmo sabendo que em todas as épocas partidários de ambos os enfoques conviveram com maior ou menor harmonia. Esta seqüência de diástole e sístole foi posta em evidência pela maioria dos historiadores do pensamento econômico. O momento de maior tensão entre as duas correntes de pensamento se deu na Alemanha, ao longo de quase todo o século XIX, entre historicistas e dedutivistas. Os teóricos dedutivistas terminaram por se impor a partir de 1883, quando aparece a obra de C. Menger sobre metodologia, na qual reivindica para as ciências sociais os direitos da análise teórica e de limitar as ambições de totalidade e exclusividade do historicismo. A economia optava pelo homem e abandonava, de fato, seu meio ambiente. Bastava partir do homem, do seu ser e das constantes do seu comportamento, para deduzir as leis econômicas que regem as sociedades humanas. Com outras palavras, a corrente vencedora reivindica a teoria e seu corolário de leis gerais, ante os fatos e sua condição de singulares. Sem teoria não há possibilidade de ciência e o mero acúmulo de dados está condenado a diluir-se em conhecimento estéril.

A história do nosso século (teorias marxistas incluídas) confirma o triunfo de uma teoria e política econômicas baseadas no homem despojado do seu ambiente físico. Num homem ideali-

zado, ademais de esquemático — o *homo oeconomicus* — do qual se extraiu toda motivação que não seja manifestação desse intrínseco mecanismo chamado custo-benefício. Mecanismo contemplado e analisado sem sair das fronteiras do indivíduo, incluindo o momento no qual o comportamento desse *homo oeconomicus* passa de hedonístico e utilitarista a racional. A distinção é menos clara do que pode parecer à primeira vista, e parece motivada mais pelo desprestígio em que caiu a primeira do que pela nitidez de implicação da segunda. Segundo McKenzie e Tullock, o pressuposto de racionalidade econômica é uma 'condição suave', até o ponto em que "a racionalidade do sentido em que a racionalidade econômica a utiliza não caracteriza só o ser humano considerado normal, mas também o que é considerado louco (e, portanto, encerrado num hospício), e os pássaros, os ratos e um grupo de animais microscópicos chamados rotíferos". Depois de aduzir algumas experiências exemplares, chegam à conclusão de que os níveis de racionalidade supostos na análise econômica são tão baixos que até os loucos podem superá-los; daí o comentário final: "Não estamos dizendo nada especialmente lisonjeiro sobre os seres humanos quando afirmamos que são economicamente racionais"³⁰. Estou de acordo com o comentário final, não com a comparação do homem racional com os pássaros e outros animais, já que estes, que se saiba, nunca agiram na destruição do seu meio ambiente.

Os resultados dessa economia baseada no *homo oeconomicus/rationalis* são visíveis, não vou descrevê-los; bastem, para indicar os destroços, as duas palavras que continuam sendo gestadas em nosso pequeno mundo como um ameaçador tufão tropical: *solidariedade* e *ecologia*. A primeira, *solidariedade*, é o grito diante da deterioração do meio ambiente social e a segunda, *ecologia*, é o pranto ante a deterioração do meio ambiente físico. Diante de problemas como o da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, diante de misérias como a fome e a morte nos países sub-saarianos, diante de tragédias como os frutos do narcotráfico, diante de dramas como as migrações da noite da escravidão da fome ou do silêncio para a luz das prateleiras repletas e o ruído das ruas intransitáveis..., ergue-se a palavra '*solidariedade*', atualizada por alguns políticos sem poder decisório e por gente que vive à margem, e conceito absolutamente ausente em nossos manuais de economia. Ante as evidências de desertização da face da terra, de desflorestamento dos bosques tropicais, da morte dos oceanos, dos perigos comprovados da energia nuclear de uso pacífico, da destruição da protetora camada de ozônio, dos excessos de chuvas ácidas..., ouve-se o grito de guerra da ecologia³¹, conceito que,

30. McKENZIE, Richard B.; TULLOCK, Gordon, *La nueva frontera de la economía*, Madri 1980, pp. 66-67 e 77. Como contraste, cf. MOS-TERIN, Jesús, *Racionalidad y acción humana*, Madri 1978.

31. Não exagero ao considerá-lo como um 'grito de guerra'. Baste recordar o slogan do grupo radical norte-americano Earth First: "Voltemos ao plioceno!"

sem excessivas dificuldades, timidamente desponta nesses mesmos manuais de economia já que pode ser tratado (melhor, ser manipulado) como um custo que tem um preço. Em nossa ciência econômica ainda não há lugar para a palavra 'irreversibilidade': é um custo sem preço quantificável.

Onde estamos? Há já bastantes anos Erwin Schrödinger, físico quântico e Nobel de Física em 1933, um dos cientistas que deixou marcas mais duráveis na ciência teórica do nosso século, avaliava nos seguintes termos o custo de ter alcançado uma imagem moderadamente satisfatória do universo físico: "... um quadro moderadamente satisfatório do mundo só foi alcançado ao elevado preço de nos deixarmos fora dele, mantendo-nos no papel de um observador não observado"³².

Também desde algum tempo multiplicaram-se as vozes dos economistas clamando por uma ciência econômica menos orgulhosa de suas teorias e instrumentos e mais consciente da sua responsabilidade na destruição causada ao meio ambiente, tanto social como físico.

Embora por diferentes caminhos, a ciência e a economia deixaram o homem ao relento. O homem não encontra o caminho de regresso à sua morada; erigiu o imponente edifício da ciência e ficou de fora. Ainda estamos mais ocupados em retocar ou embelezar o edifício do que em torná-lo habitável.

Necessitamos de um novo humanismo, vale dizer, devolver ao homem seu meio ambiente, sua morada e sua singularidade. É possível alcançar isto através do progresso tecnológico que o ameaça? Faz-se necessária alguma forma de evolução/revolução político-social? Despontam aos poucos sugestões para todos os gostos. Para Toulmin, por exemplo, seria suficiente um empenho de reflexão³³. Para Lukács, a força motriz surgirá da co-operação entre a ciência e a vida³⁴. O conteúdo das palavras é mutável, assim como as ideologias e as utopias que as nutrem ou ditam. Porém há notável convergência em que o ser do homem no mundo é uma interrogação fundamental. Já em 1945 escrevia Martin Buber: "Temos a sensação de vivermos nos umbrais da maior crise que até o momento o gênero humano conheceu (...). De modo algum a crise diz respeito só a um sistema econômico e social que seja substituído por outro, em certa medida já pronto, mas todos os sistemas, os antigos e os novos, estão igualmente em crise. O que esta põe em questão é nada menos que o ser do homem no mundo"³⁵.

Por aquela mesma época (1950), Octavio Paz traduzia esse 'ser do homem no mundo' em termos de solidão: "Nossa solidão

32. Peço desculpas ao leitor por não poder oferecer a localização desta citação, que resgatei do meu esquecimento há muitíssimos anos, quando os conteúdos de minhas leituras esgotavam todo o meu interesse.

33. TOULMIN, Stephen. *La comprensión humana. I. El uso colectivo y la evolución de los conceptos*, Madri 1977, p. 18.

34. HOLZ, H. H. et alii, *Conversaciones con Lukács*, Madri 1969, p. 152.

35. BUBER, Martin, *Caminos de Utopía*, México 1966 (2ª ed.), p. 152.

tem as mesmas raízes do sentimento religioso. É uma orfandade, uma obscura consciência de termos sido arrancados do Todo e uma ardente busca: uma fuga e um retorno, tentativa de restabelecer os laços que nos uniam à criação”³⁶.

36. PAZ, Octavio, *El laberinto de la soledad*, Madrid 1990 (13ª reimpressão), p. 23.

Este artigo chega ao seu fim sem ter conseguido alcançar seu termo. Estas linhas, surgidas ao calor do afeto a quem se comportou como um pai, e sob o ditame do agradecimento a quem considerei como mestre, padecem de imprecisão. Quero crer, reunindo abundante dose de otimismo, que caem sob a férula dessa espécie de ‘princípio de indeterminação’ enunciado por L. Wittgenstein e que parece valer para toda alocação: “Minha última dificuldade vale para quase todas as longas dissertações filosóficas: que o ouvinte não pode ver, ao mesmo tempo, o caminho pelo qual é levado e o termo a que conduz. Isso quer dizer: ou que pensa: ‘É verdade que compreendo tudo o que diz, mas aonde quer chegar com isso?’, ou: ‘Certamente vejo aonde quer chegar, mas como vai consegui-lo?’. De novo, não posso senão pedir-lhes que *sejam pacientes*, e esperar que, no final, vejam tanto o caminho como seu termo”³⁷.

37. WITTGENSTEIN, L., *Conferencia sobre ética*, Barcelona 1989, p. 34.

Seja paciente, e indulgente, caro leitor. No final, chegaremos a ver, ao mesmo tempo o caminho e o seu termo, algo que já sabemos, nós que nos consideramos fiéis impenitentes.

(tradução de Marcelo Perine)

Endereço do autor:
Alameda de Urquijo, 58 prl. izq.
48011 — Bilbao — Espanha